

## ELEIÇÕES

## AGU: instrumento de campanha

Decreto de Bolsonaro faz da Advocacia Geral da União sua assessora. Assim, pode conceder benesses e não ferir lei eleitoral

» CRISTIANE NOBERTO

O presidente Jair Bolsonaro (PL) escalou o advogado-geral da União, Bruno Bianco, para dar a última palavra quando o governo criar benefícios sociais neste ano de eleições gerais. No texto do decreto publicado, ontem, no *Diário Oficial da União (DOU)*, caberá ao jurista a palavra final sobre a legalidade dos atos do Poder Executivo nas áreas eleitoral e financeira, criando um respaldo jurídico a mais contra eventuais medidas que o levem a responder na Justiça por condutas vedadas aos agentes públicos durante ano de eleição.

O comunicado da Secretaria-Geral da Presidência tenta descaracterizar a clara tentativa do presidente de se proteger de eventuais processos que levem à impugnação, pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), da chapa à reeleição por propaganda antecipada. “No último ano do mandato presidencial, todos os governantes se deparam com as limitações da legislação eleitoral e da legislação financeira. Entre as restrições normativas, encontram-se dispositivos cujos contornos são ambíguos e geram muitas dúvidas na aplicação prática”, justifica a secretaria.

O decreto define que passou a valer, desde ontem, que as atribuições do advogado-geral da União envolvem emitir parecer sobre: “I — a constitucionalidade e a legalidade de propostas de atos normativos a ele submetidas; e II — os tópicos em propostas de atos normativos que gerem dúvidas quanto à conformação com as normas de Direito Eleitoral e de Direito Financeiro, no último ano do mandato presidencial”.

A ideia é gerar segurança jurídica para que o presidente possa ampliar ou conceder novos benefícios sociais em ano eleitoral, a exemplo do aumento no Auxílio Brasil — que, segundo anúncio de Bolsonaro na semana passada, saltará de R\$ 400 para R\$ 600 —, do vale-gás e do “voucher caminhoneiro”. Este último é, sobretudo, a grande aposta do Palácio do Planalto, que pretende fazer repasses de R\$ 1 mil para manter o apoio

Alan Santos/PR



Bolsonaro enxerga no advogado geral da União, Bruno Bianco, um aliado no esforço para se manter presidente e não incorrer em crime eleitoral

R\$ 1 MIL

é quanto o governo federal pretende dar aos caminhoneiros para voltar a ter a simpatia da categoria e trazê-la para o esforço da reeleição

da categoria, tida como estratégica pela campanha à reeleição. O benefício alcançaria em torno de 700 mil motoristas.

## Controvérsia

Antes de incumbir a AGU da elaboração de pareceres nos quais pacotes de benesses

poderiam ser baixados sem que fossem enquadrados como irregulares à luz da Lei de Eleições, especialistas vinham apontando os riscos a que Bolsonaro estava sujeito. Doutor em direito pela Universidade de São Paulo (USP), Renato Ribeiro explica que a manobra do governo tem pouca margem de aceitação no meio jurídico, caso seja alvo de contestação na Justiça Eleitoral.

“O Brasil está muito longe de uma situação que poderia se enquadrar na calamidade pública (na qual a criação do pacote de bondades poderia ser enquadrada). A gente não está em uma situação emergencial. Nós temos um custo elevado decorrente de duas situações especiais: política de preços da Petrobras e guerra na Ucrânia. É forçoso o argumento de que isso justificaria uma atividade emergencial por parte do governo federal. É um argumento que não se sustenta”, afirmou.

Segundo o advogado Luiz Gustavo, da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político, “com a alteração, a Advocacia-Geral da União passa a analisar a proposta de edição de atos normativos que versem ou envolvam direito eleitoral e que, antes do decreto, cabia às assessorias jurídicas dos ministérios”. Ele observa, ainda, que “tal modificação implica em centralização de tais temas, incluindo análise de constitucionalidade dos referidos normativos, junto à AGU, o que possivelmente guarda relação com as discussões que envolvem a concessão de benefícios ao eleitor em ano eleitoral”.

Gustavo argumenta que a criação de benefícios como o “voucher caminhoneiro” são proibidos no ano das eleições, com exceção quando há período de emergência no país. Segundo o advogado, para que a proposta do governo não sofresse contestação na Justiça, seria

necessário que o benefício guardasse relação com as causas da situação emergencial.

“O que não parece ser o caso, já que o aumento de preços dos combustíveis decorrente de um processo inflacionário não se enquadra no conceito de emergência ou calamidade”, completou.

Para o professor de direito constitucional da USP Rubens Beçak, a decisão de Bolsonaro visa centralizar na AGU a função de chanceler as propostas do governo para que não passem despercebidos eventuais crimes eleitorais. “O temor do presidente é de fazer qualquer coisa que possa ser imputada pela Justiça Eleitoral como criminosa ou indevida, sobretudo quem disputa a reeleição. Como ele domina a máquina pública, a possibilidade de cometer um deslize é muito grande, como a questão do ‘voucher caminhoneiro’, que teria um fim eleitoral ou não”, afirmou. (Com Agência Estado)

## Mourão avaliza Braga como vice

» INGRID SOARES  
» VINICIUS DORIA

O vice-presidente Hamilton Mourão (PRTB) considera que a escolha do general Walter Braga Netto por Jair Bolsonaro (PL) para ser vice na chapa à reeleição, é porque o presidente gosta do trabalho do ex-ministro da Defesa. Disse, ainda, que não ficou aborrecido com a indicação do ex-colega de Exército.

“Não me sinto chateado. O presidente tem o livre arbítrio de escolher quem ele acha mais apropriado para o projeto de reeleição. E o Braga Netto vai agregar aí aquilo que ele acha que necessita”, apontou a jornalista na chegada ao Palácio do Planalto. Mourão deve se candidatar pelo Rio Grande do Sul à vaga em disputa no Senado.

Para o vice-presidente, a escolha de outro general para ocupar o posto de vice não tem a ver com uma tentativa de Bolsonaro de conseguir o apoio dos militares. Isso porque, segundo Mourão, o presidente já teria uma base consolidada nas Forças Armadas.

“Dentro do grupo militar, o presidente já tem a base dele bem estabelecida. Mas o Braga Netto é, vamos dizer assim, uma questão que o presidente gosta do trabalho dele”, acrescentou.

Mourão, porém, se furtou a comentar se a decisão do presidente significava a derrota do Centrão, que tentava emplacar no posto o

nome da ex-ministra da Agricultura Tereza Cristina (União-MS). “Não sei se havia essa pressão, realmente, para que fosse outra pessoa candidata a vice. Não posso dizer isso”, esquivou-se.

Os vários embates entre Mourão e Bolsonaro fizeram com que os dois se afastassem e o general fosse descartado, há tempos, como parceiro de chapa do presidente — que, em novembro de 2021, chegou a compará-lo a um cunhado.

“O Mourão é um vice... Todo mundo fala do vice. Vice bom é aquele que fica quietinho num canto. O Mourão tem vida própria. Fala, dá suas opiniões. De vez em quando atrapalha, às vezes acerta. Estamos convivendo, sem outros problemas mais graves. É como eu e meu cunhado”, comparou Bolsonaro.

## Aceno à base

Ao reafirmar a escolha de Braga Netto, Bolsonaro acena ao apoio dos militares e, ao mesmo tempo, à base eleitoral. Porém, de acordo com fontes do governo e do Congresso, dificulta a saída da bolha bolsionarista e reforça a imagem de radical. O anúncio oficial do general como parceiro de chapa deve ocorrer nesta semana.

O Centrão, porém, não ficou satisfeito com a confirmação de Braga Netto, mas já tinha sido avisado de que a escolha do nome do vice seria exclusivamente

Bruno Batista/VPR



Mourão nem sempre esteve ao lado de Bolsonaro, que, no ano passado, chegou a compará-lo a um cunhado



Dentro do grupo militar, o presidente já tem a base dele bem estabelecida. Mas o Braga Netto é, vamos dizer assim, uma questão que o presidente gosta do trabalho dele”

Vice-presidente Hamilton Mourão

do presidente, sem negociações. O general tem sido um fiel aliado de Bolsonaro, atuando em favor da radicalização do discurso contra as eleições e o Supremo Tribunal Federal (STF).

Ainda ministro da Defesa, na ordem do dia do 31 de março passado — véspera do golpe militar de 1964 —, Braga Netto deixou claro seu alinhamento com Bolsonaro. Disse que a ruptura democrática foi um “marco histórico da evolução política brasileira” e serviu para “restabelecer a ordem e para impedir que um regime totalitário fosse implantado no Brasil”.

Mas a colocação de Braga Netto na vida serve como antídoto para um eventual processo de impeachment, caso Bolsonaro seja reeleito. De acordo com

avaliações de bastidores, se tivesse um vice ligado à classe política — em especial ao Centrão — poderia ser um elo fraco numa corrente de pressão da base no Congresso para retirá-lo do poder.

“Por isso, a reação à Tereza Cristina, que é um ótimo nome, mas não tem a confiança do presidente”, disse uma fonte com trânsito no Palácio do Planalto. Segundo ela, se Bolsonaro fosse convencido a convidar uma mulher para compor a chapa, seria Damare Alves, ex-ministra de Mulher, Família e Direitos Humanos — preenche o critério da lealdade e dificilmente articularia politicamente para ocupar o cargo de presidente, em caso de impeachment. Mas ela prefere tentar reforçar a base bolsionarista no Congresso.

## PEC do ICMS vai a plenário

» TAÍSA MEDEIROS  
» LUANA PATRIOLINO

O plenário do Senado deve votar amanhã o projeto que prevê repasses da União para os estados que reduzirem a zero o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente no óleo diesel e no gás de cozinha. O relator da Proposta de Emenda à Constituição 16/2022, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), assegurou que fará hoje a entrega do relatório relativo à PEC.

A proposta determina que a União preste auxílio financeiro aos estados e ao Distrito Federal para compensar as perdas de arrecadação devido à redução da incidência do imposto sobre os dois derivados de petróleo. Bezerra também deve detalhar como funcionará a operacionalização do “voucher caminhoneiro”, do Auxílio Brasil e do vale-gás.

Na semana passada, o senador disse que retirou da proposta a compensação financeira a estados e ao Distrito Federal que decidissem zerar o ICMS, prevista na redação original da PEC 16. Os recursos agora serão alocados no Auxílio Brasil e no “voucher caminhoneiro”. O motivo da supressão seria a insegurança jurídica gerada pela compensação. A ausência de um acordo com os governadores também foi crucial para a modificação do destino da verba.

Com as alterações, a proposta agora deve contar com reajustes no vale-gás — que passará a ser de aproximadamente R\$ 120; um aumento em R\$ 200 no valor do Auxílio Brasil, que pulará para R\$ 600; e a criação do “voucher caminhoneiro” de R\$ 1 mil para reduzir o impacto da alta do combustível para a categoria e evitar que isso se reflita na cadeia produtiva, empurrando a inflação para cima.

A PEC trará, ainda, uma compensação para atender à gratuidade dos idosos no transporte público coletivo. Todas essas medidas terão caráter emergencial e duração prevista até 31 de dezembro de 2022.

O presidente Jair Bolsonaro (PL), porém, não disse de onde sairá o dinheiro para bancar o reajuste do Auxílio Brasil para R\$ 600. Ele também não mencionou que esse aumento teria de passar pelo Congresso.

## Conciliação

Em paralelo ao andamento da PEC, a União e os representantes das unidades da Federação se reúnem hoje em uma audiência conciliatória sobre as novas regras para o ICMS. O encontro acontece a partir das 9h e foi convocada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes.

Os procuradores estaduais encaminharão um documento à Corte para pedir a revogação da decisão do ministro André Mendonça de uniformizar as alíquotas do tributo a partir de 1º de julho — os estados temem perder arrecadação com a medida.

Em despacho assinado na semana passada, Gilmar recomendou que os dois lados estejam “munidos de propostas que envolvam o pacto federativo discutido nesses autos”. O pedido para a suspensão foi assinado pelos representantes de 26 estados e do Distrito Federal e endereçado ao ministro — que já indeferiu uma solicitação da Advocacia-Geral da União (AGU) para suspender todas as leis estaduais e distritais.